

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen
(Organizadora)



Comunicação, Jornalismo e Espaço Público

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C741	Comunicação, jornalismo e espaço público [recurso eletrônico] / Organizadora Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-491-7 DOI 10.22533/at.ed.917192407 1. Comunicação social. 2. Democratização da mídia. 3. Jornalismo. I. Hrenechen, Vanessa Cristina de Abreu Torres. CDD 303.4833
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A obra reúne pesquisas que contribuem para a elucidação do papel da comunicação na sociedade atual. Este e-book apresenta, inicialmente, a construção dos efeitos de sentido provocados pela notícia. O foco é voltado para a desconstrução da imagem social de outrem no sentido de negar a posição social ocupada pela vítima, diante da hierarquia estabelecida por seus respectivos papéis sociais.

Dentre os artigos, há o resgate da prática jornalística de um grupo de alunos e professores dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade de Passo Fundo no Projeto Rondon. O estudo apresenta uma discussão sobre a função social do jornalismo e traz o aprofundamento daquilo que é nomeado como jornalismo comunitário.

Nesta obra, também há o mapeamento da produção acadêmica brasileira acerca da Comunicação Pública, defendida e publicada em 2016, em nível de mestrado. O estudo toma a temática a partir de uma perspectiva mais ampla e é baseado nos documentos disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da CAPES.

Outros trabalhos avaliam os desafios do profissional de relações públicas no cenário contemporâneo. Nesse contexto, um dos estudos apresenta as contribuições desses profissionais como principais atuantes em estratégias de aproximação. A pesquisa analisa o *storytelling* como prática utilizada pelas grandes marcas para criarem vínculos com seus públicos consumidores.

Além do mais, há artigos que buscam identificar a representatividade feminina na mídia. Um deles observa a forma como as propagandas de produtos para cabelo retratam a mulher negra e a influência destes na construção da identidade. Outro, faz um comparativo entre os signos presentes nos comerciais com o objetivo de identificar as mudanças no discurso, levando-se em consideração a ascensão do empoderamento feminino ao passar do tempo.

Nesta obra, os estudos em *comunicação* social abrangem os principais campos de atuação na área. De suma importância, os artigos avaliam as principais transformações ocorridas ao longo dos anos e revelam um panorama da realidade social contemporânea.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DESCORTESIA POR FUSTIGAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA: EFEITOS DE SENTIDO NOS ATOS DE FALA	
Fabiana Meireles De Oliveira Rodrigo Leite Da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9171924071	
CAPÍTULO 2	12
A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NAS PROPAGANDAS DE PRODUTOS PARA CABELO	
Dandara de Fátima Arruda Regina Paulista Fernandes Reinert	
DOI 10.22533/at.ed.9171924072	
CAPÍTULO 3	26
A SUBJETIVIDADE INFANTIL REMODELADA PELAS INFLUÊNCIAS DO CONSUMO NA INTERNET	
Antonia Nirvana Gregorio Lima	
DOI 10.22533/at.ed.9171924073	
CAPÍTULO 4	37
COMUNICAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA RECENTE EM NÍVEL DE MESTRADO	
Fábio Pelinson Fabiana Pelinson	
DOI 10.22533/at.ed.9171924074	
CAPÍTULO 5	49
ESTUDO COMPARATIVO: O TRATAMENTO DA CRÍTICA DE CINEMA NOS WEBSITES METACRITIC E ROTTEN TOMATOES	
Calvin da Silva Cousin Gilmar Adolfo Hermes	
DOI 10.22533/at.ed.9171924075	
CAPÍTULO 6	62
IDEOLOGIA, PODER E RESISTÊNCIA COMO CONSTITUINTES DE UMA EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO CENTRADA NA ANÁLISE DO DISCURSO	
Eduardo Cardoso Braga	
DOI 10.22533/at.ed.9171924076	
CAPÍTULO 7	74
JORNALISMO COMUNITÁRIO NO PROJETO RONDON: A PRÁTICA DE DAR VOZ À COMUNIDADE	
Caroline Maria Beccari Sônia Regina Schena Bertol	
DOI 10.22533/at.ed.9171924077	
CAPÍTULO 8	86
O EMPODERAMENTO FEMININO NAS PROPAGANDAS DA LIBRESSE: UMA ANÁLISE DE SEMIÓTICA DA TRANSFORMAÇÃO DE DISCURSO	
Bianca Zancanaro Schinaider Hilario Junior dos Santos	

Geovana Lazzarotto

DOI 10.22533/at.ed.9171924078

CAPÍTULO 9	97
O USO DO <i>STORYTELLING</i> COMO ESTRATÉGIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS NAS CAMPANHAS DE GRANDES MARCAS	
Miriam Martins Felisberto	
DOI 10.22533/at.ed.9171924079	
CAPÍTULO 10	109
ORGANIZAÇÕES AUTOPOIÉTICAS: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS DE RELAÇÕES PÚBLICAS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO	
Jóice dos Santos Bernardo	
Maria Luiza Cardinale Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.91719240710	
SOBRE A ORGANIZADORA	121
ÍNDICE REMISSIVO	122

A DESCORTESIA POR FUSTIGAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA: EFEITOS DE SENTIDO NOS ATOS DE FALA

Fabiana Meireles De Oliveira

Doutoranda em Língua Portuguesa pela USP-SP e professora da Faculdade Campos Elíseos de São Paulo

Rodrigo Leite Da Silva

Doutor em Língua Portuguesa pela PUC-SP e professor e coordenador da Faculdade Campos Elíseos de São Paulo

RESUMO: Esta pesquisa tem por tema a construção dos efeitos de sentido provocados pela descortesia por fustigação na constituição da notícia. Sua ancoragem delimita-se aos estudos pragmáticos, em que são aplicadas a teoria dos atos de fala, proposta por Austin (1965), assim como a teoria da descortesia apoiada nos estudos de Marlangeon (2012), levando em consideração os pressupostos relacionados ao contexto, proposto por van Dijk (2012). Assim, tem-se por problematização a identificação de como se organiza o processo de construção da notícia, por intermédio da descortesia por fustigação, no âmbito da desconstrução da imagem social de outrem? Desse modo, observa-se que a descortesia rompe com todos os princípios da cortesia, uma vez que ela está centrada, geralmente, no locutor que deseja impor e insultar o interlocutor durante a interação. Nesse sentido, não há nenhum benefício para o interlocutor, ao contrário, ele

se sente totalmente ofendido e desprotegido, pois não há nenhum ato sociável entre eles. Palavras-chave: atos de fala, descortesia por fustigação, contexto.

THE DISCUSSION FOR FUSTIGAÇÃO IN THE CONSTRUCTION OF THE NEWS: EFFECTS OF SENSE IN THE TALKS OF TALK

ABSTRACT: This research has as its theme the construction of the effects of sense provoked by the discourtesy by nagging in the constitution of the news. Its anchorage is limited to the pragmatic studies in which the theory of speech acts proposed by Austin (1965) is applied, as well as the theory of discourtesy supported in Marlangeon's studies (2012), taking into account the context-related pressures, proposed by van Dijk (2012). So, is it problematizing the identification of how the newsbuilding process is organized, by means of discourtesy by harassment, within the context of the deconstruction of the social image of others? Thus, it is observed that discourtesy breaks with all the principles of courtesy, since it is usually centered on the announcer who wishes to impose and insult the interlocutor during the interaction. In this sense, there is no benefit to the interlocutor, on the contrary, he feels totally offended and unprotected, because there is no sociable act between them. Key words: speech

acts, discourtesy by harassment, context.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os usos da linguagem se subordinam à seleção e limites interpretativos assumidos pela situação particular em que se encontra situado o indivíduo. Dessa maneira, este depende do conhecimento que possui das regras e princípios consituantes da língua, em situações concretas de uso, para o alcance da eficiência em suas ações.

Para atender as necessidades do referido cenário, esta pesquisa encontra-se ancorada em estudos pragmáticos, sendo delimitados à teoria dos atos de fala, proposta por Austin (1965), assim como a teoria da descortesia apoiada nos estudos de Marlangeon (2012), levando em consideração os pressutos relacionados ao contexto, proposto por van Dijk (2012).

Assim sendo, atos de fala, conforme Austin (1965), indicam a realização de ações, portanto não expressam apenas a apresentação de um estado de coisas como verdadeiro, mas ações realizadas para a emissão deste enunciado, subordinada às intenções do falante e efeitos produzidos em seu interlocutor. O autor conclui que esses atos operam em três níveis distintos, no qual o primeiro nível é conceituado como ato locucionário, pois refere-se ao que é dito literalmente pelo enunciado, incluindo, assim, um ato proposicional.

O segundo nível é classificado pelo autor como ato ilocucionário, que diz respeito às intenções do “locutor” ao emitir determinado enunciado, levando em consideração as circunstâncias e a maneira como foi dito, compreendendo a ‘força’ com que os enunciados são produzidos.

O terceiro nível relaciona-se ao ato perlocucionário que está subordinado à compreensão dos interlocutores e as futuras ações adotadas diante do que foi expresso pela sentença proferida, com a finalidade de sequenciar a atividade de interação, ou seja, dizem respeito aos efeitos da linguagem - efeitos como o de convencer e persuadir.

Estas atividades sociais, de modo geral, são baseadas na teoria dos atos de fala e apresentam a possibilidade de não assegurarem, por parte do interlocutor, a compreensão do que é comunicado, entretanto, na interação face a face há como coordenar, com relativa qualidade, a concretização de seu entendimento, pois conforme as ações que são realizadas pelo seu interlocutor, como resposta, pode-se interferir, explicando, talvez, de outra forma, quais são as pretensões, em relação ao que deve ser feito, diante daquele enunciado.

2 | ASPECTOS TEÓRICOS NO ÂMBITO DA CORTESIA E DESCORTESIA

A cortesia pode ser entendida como um conjunto de normas sociais que conduz a conduta do indivíduo durante a interação com outras pessoas. Ela está relacionada ao conceito de imagem, uma vez que o indivíduo utiliza determinadas estratégias para obter determinados resultados, prevenindo a própria face, e isso ocorre de maneira intencional. Segundo Haverkate (1994, p. 50-51), mostrar cortesia verbal é um tipo de ação que consiste na “seleção de determinadas estratégias convencionais” que tem a finalidade de reforçar a imagem positiva do interlocutor ou de prevenir possíveis ameaças à própria imagem. Nesse sentido, Briz (2004, p. 71) destaca que as intervenções cortesias estão convencionalizadas culturalmente, isto é, “uma cultura freqüentemente subjetiviza o uso de certos mecanismos linguísticos para mitigar, subtrair forças ilocutivas, que são assim codificadas para a expressão de cortesia naquela língua.”¹ A partir do momento em que violamos as regras, colocando em risco a imagem do outro, temos a descortesia, que, segundo Culpeper (2005), pode ser consciente ou inconsciente. Para ele (2005, p. 38), “a descortesia ocorre quando: (1) o falante comunica intencionalmente o ataque à imagem, ou (2) o ouvinte percebe e / ou constrói o comportamento como intencionalmente de ataque à imagem, ou uma combinação de (1) e (2).”² Diante disso, Kaul de Marlangeon (2012) afirma que a cortesia e descortesia devem ser consideradas como extremos de um continuum no qual, segundo a autora

1 No original: “una cultura subjetiviza de manera frecuente el uso de ciertos mecanismos lingüísticos para mitigar, restar fuerza ilocutiva, que quedan de ese modo codificados para la expresión de la cortesía en dicha lengua.”

2 No original: Impoliteness comes about when: (1) the speaker communicates face-attack intentionally, or (2) the hearer perceives and/or constructs behaviour as intentionally face-attacking, or a combination of (1) and (2).

(2012, p. 83), “a força da cortesia-descortesia é uma propriedade permanente dos atos de fala e inerente a eles, complementar à força ilocucionária e obrigatória como esta e que se organiza num contínuo”³. Assim, é importante ressaltar que nem sempre o que se considera descortês em determinada situação comunicativa é de fato descortês, uma vez que devemos levar em consideração as relações contextuais, gerais e específicas, da interação, bem como a afinidade entre os interlocutores. Ainda, em relação à descortesia, Kaul de Marlangeon (2012, p. 10-14) propõe três níveis, a saber: 1. A descortesia de fustigação, representativa da atitude de descortesia e de ofensa proferida pelo locutor ao interlocutor e que busca o confronto no discurso. Kaul Marlangeon (2017) a define como agressão verbal constituída em sua maioria por “comportamientos volitivos, conscientes y estratégicos”, cuja finalidade, é de ferir a imagem do interlocutor como resposta a uma situação de enfrentamento ou desafio, ou como início dela.

2. Atos descorteses involuntários - as gafes. São atos descorteses não

intencionais, de caráter involuntário e, segundo a autora, “a nomenclatura deste ato de fala demonstraria os parâmetros culturais que convergiriam em considerá-lo um erro ou passo em falso” (KAUL DE MARLANGEON, 2012).

3. Atos de negação deliberada de cortesia esperada pelo ouvinte e atos de silêncio opressivo. Seria o tipo de descortesia que se opera por omissão e não por ação, isto é, o ouvinte apela deliberadamente para o silêncio com o intuito de decepcionar surpreendentemente o falante que, por obra do contexto situacional e do compromisso entre os interlocutores, espera por um comportamento linguístico diametralmente oposto.

Assim sendo, podemos observar que a descortesia rompe com todos os princípios da cortesia, uma vez que ela está centrada, geralmente, no locutor que deseja impor e insultar o interlocutor durante a interação. Nesse sentido, não há nenhum benefício para o interlocutor, ao contrário, ele se sente totalmente ofendido e desprotegido, pois não há nenhum ato sociável entre eles. Apesar de que o interlocutor também pode afrontar o locutor, fazendo com que ambos entrem em conflito nas relações

3 No original: “la fuerza de cortesía-descortesía es una propiedad permanente de los actos de habla e inherente a éstos, complementaria de la fuerza ilocutoria y obligatoria como ésta y que organiza un continuo”.

sociais. A partir desses aspectos teóricos, vejamos na análise do corpus como a descortesia de fustigação se apresenta, uma vez que o promotor de justiça Rogério Leão Zagalo ataca a imagem da desembargadora Encarnação das Graças Salgado perante o público nas redes sociais.

3 | UMA PERSPECTIVA PARA COMPREENSÃO DO CONTEXTO

Ao buscar a teorização sobre o contexto é indispensável compreendê-lo como a indicação de que “algum fenômeno, evento, ação ou discurso” deve ser compreendido nas relações que se estabelece com o ambiente, ou seja, “com as condições e consequências que constituem seu entorno” (VAN DIJK, 2012, p.19). A partir de então, é possível caracterizar e, naturalmente, explicar o acontecimento de algum fenômeno focal, no que se refere aos aspectos específicos relativos ao seu contexto.

Desse modo, os estudos críticos do discurso não abarcam apenas características situacionais ou relativas às circunstâncias decorrentes do que se apreende nos arredores do que sucede no texto, mas supõe questões sociais, culturais e cognitivas em seus pressupostos teóricos e metodológicos que caracterizam a multidisciplinaridade da teoria.

A preocupação em relação aos contextos cognitivos, sociais e culturais é despertada a partir do desenvolvimento dos estudos pragmáticos, na década de 60

do século XX. Os resultados obtidos por meio das pesquisas realizadas por Grice (1975), Searle (1969) e Austin (1962) trouxeram inovações, no momento em que demonstraram a importância das atribuições a respeito do papel social, em função da utilização da língua e das circunstâncias contextuais em que se enquadram os enunciados. Contudo, as contribuições preliminares acerca da relevância do contexto para os estudos discursivos haviam sido levantadas pelos estruturalistas e formalistas.

Nesse sentido, Fairclough (2006) ao discorrer sobre o tratamento da Análise Crítica do Discurso, na qual sua perspectiva se delimita a análise detalhada de textos, nos recorda de que esta é somente uma tendência entre outras e que é razoável fazer seu uso em conjunção às outras formas de análises como a etnografia e outros métodos, que se propõem a realização de uma análise institucional. Assim sendo, possibilitou, ao fim da década de 70, o desenvolvimento de uma discussão crítica e sociopolítica, na qual pleiteava analisar a reprodução discursiva do poder, sendo caracterizado como um estudo crítico sobre o discurso político, ideologia, a partir dos vieses disponibilizados pelos problemas sociais delimitados no racismo e feminismo.

Para van Dijk (2006), uma análise discursiva poderá atender as complexas necessidades das relações entre prática discursiva e prática social se for levada em consideração o enfoque sociocognitivo como interface dessas duas práticas. Desse modo, a preocupação do autor não se limita em focalizar seu trabalho numa linha fechada de investigação ou dar origem a uma nova 'escola' voltada aos estudos discursivos. O objetivo do autor se concentra na ampliação de um quadro teórico, no qual seja possível suscitar problemas e questões teóricas de caráter cognitivo, mesmo que não tenha sido considerado por alguns analistas críticos do discurso, ainda que diversificadas pesquisas em outras áreas do conhecimento estejam, com maior frequência, destacando a relação intrínseca existente entre a cognição e as práticas linguísticas. Diante disso, os contextos se assemelham a outras experiências humanas, pois em todos os instantes e em qualquer posição estas experiências designam o modo como enxergamos a situação vigente e as ações realizadas em si. Nesse sentido, o trabalho primordial dos estudos humanísticos e, em geral, para as Ciências Sociais, particularmente, para os estudos do discurso, seria o de explicitar o modo adequado de como nossos textos e fala se subordinam aos contextos e como estes os influenciam (VAN DIJK, 2012).

Por volta dos anos 60, as pesquisas em Ciências Sociais foram delimitadas às áreas de Etnografia e Antropologia. Assim sendo, a Etnografia trouxe por contribuição a apresentação de um estudo focalizado no detalhamento dos eventos comunicativos e da competência comunicativa, sem levar em consideração o discurso.

No campo da Psicologia, disciplina em que sua preocupação natural se volta ao comportamento do ser humano, o contexto ultrapassa as circunstâncias experimentais dos laboratórios, pois leva-se em conta as características relacionadas à idade e gênero ou os conhecimentos dos indivíduos submetidos à pesquisa. No que tange

à Psicologia Cognitiva, é verificável a ampliação da importância do contexto, que aborda outros fatores. Assim, em consonância à abordagem disponibilizada pela Cognição Social, os estudos avançaram numa perspectiva crítica, apresentando um tratamento discursivo.

Van Dijk (2012) explicita alguns pressupostos básicos para a constituição de uma teoria que atenda as necessidades que emergem do contexto, sob a interface das categorias Discurso, Cognição e Sociedade. Desse modo, afirma que “os contextos são construtos subjetivos dos participantes”, ou seja, são concepções subjetivas dos indivíduos acerca das situações de interação ou comunicação. Nesse sentido, leva-se em consideração as estruturas sociais e políticas, nas quais tais circunstâncias influenciam o discurso, por meio das interpretações (inter)subjetivas realizadas pelos indivíduos.

Os contextos são consideradas experiências únicas, pois decorrem de experiências vivenciadas pelo conjunto de percepções dos indivíduos (conhecimentos, perspectivas, opiniões e emoções) delimitados à situação comunicativa em ocorrência. Direcionam os usos linguísticos de modo particular, na produção de discursos únicos.

São considerados modelos mentais, em função de se atribuir as experiências individuais a função de construir os modelos mentais, arquivados na memória do indivíduo. Entretanto, mesmo que este modelo seja individual, foi produzido e, naturalmente, dirigido pelas bases sociais, responsáveis pela construção das representações-tipo. Diante dessa circunstância, o contexto identifica-se como o ambiente de interação entre os indivíduos, logo suas funções são pragmáticas.

Assim, van Dijk (2012), propõe o estabelecimento de diferenças existentes entre microcontexto e macrocontexto. O primeiro é considerado a produção discursiva per se. O segundo se refere ao conjunto de circunstâncias identificadas pela produção discursiva, isto é, seus participantes, suas funções e ações. Nesse sentido, o local de pertencimento do indivíduo, ou seja, o mundo do qual faz parte, relaciona-se intrinsecamente aos contextos, que a partir daí produzem implicações semânticas e pragmáticas. Os sentidos produzidos pelos discursos são construídos pelos contextos de produção e interpretação. Estes constroem a estruturação de diversas práticas sociais cotidianas.

4 | O DISCURSO JORNALÍSTICO

O discurso jornalístico, como os demais discursos da mídia, é tratado por van Dijk (1997) como discursos institucionalizados, cujo objetivo é dominar a mente das pessoas. Dessa forma, o presente discurso é definido como aquele que objetiva construir a opinião para o público e, para tanto, utiliza diferentes estratégias.

A notícia é o texto mais típico do discurso jornalístico e é construído por duas

categorias semânticas, a saber: Inusitado e Atual. A categoria Inusitado guia a seleção do que ocorre no mundo e que não participa do cotidiano da vida das pessoas. No Manual de Redação da Folha lê-se que “se um cachorro morder um homem, isso não é objeto de notícia; mas, se um homem morder um cachorro, esse inusitado é objeto de notícia”.

A categoria Atual guia a seleção de eventos, a partir do que ocorre no dia ou em passado muito próximo à publicação da notícia. Situado no tempo, o evento noticioso é construído, diariamente, até que ele seja concluído. Atuar, diariamente, com a ideologia da empresa-jornal propicia o aparecimento de um espaço argumentativo, pois, os leitores:

1. São obrigados a acreditar no que leem, por não estarem presentes observando o evento;
2. Os leitores recebendo, diariamente, a construção ideológica da notícia passam a aceitá-la como verdade, devido a essa estratégia argumentativa.

Diante desse aspecto, pode-se constatar que as categorias semânticas pertencentes ao discurso jornalístico concedem ao jornalismo a identificação dos contextos que indicam os valores-notícia e, posteriormente, contribuem para a organização dos outros elementos constitutivos como: a novidade, a atualidade, a relevância, a consonância, o desvio e a negatividade. Assim, é inevitável a consolidação do exercício do poder a partir do reconhecimento do que seja notícia sob o olhar do seu produtor (VAN DIJK, 2000).

Ainda sobre o conceito de notícia, Charaudeau (2006, p.42) afirma, que:

Nenhuma informação pode pretender, por definição, à transparência, à neutralidade ou à factualidade. Sendo um ato de transação, depende do tipo de alvo que o informador escolhe e da coincidência ou não coincidência deste com o tipo de receptor que interpretará a informação dada.

O autor acrescenta que “não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular”, pois o próprio ato de escolher qualquer evento para ser transformado em notícia pode ser visto como uma filtragem da realidade.

Dessa forma, no que se refere à notícia, o repórter, obedecendo ao pauteiro, sai em busca do “furo” de reportagem, que é documentado por gravações, anotações, fotografias e filmagens. Ao chegar à empresa-jornal, as informações trazidas são filtradas havendo minimização de elementos ou apagamentos e maximização de outros ou inserções. Assim, constrói-se o evento noticioso, por meio de um conjunto de avaliações positivas x negativas.

Por essa razão, Abramo (1988) afirma que a característica principal da imprensa é a manipulação das informações e, como efeito, os órgãos de imprensa não refletem a realidade. A relação existente entre o material que a imprensa apresenta para o público é indireta, pois, distorce a realidade.

Ainda, segundo Abramo (1988, p. 23-24): Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade, apenas para apresentar outra realidade, irreal, que é a

contrafação da realidade real. É uma realidade artificial, não real, irreal, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada, no lugar da realidade real. A relação entre imprensa e realidade é parecida com aquela entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas, não só não é o objeto, como também não é a sua imagem; é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real.

Frente ao exposto, pode-se dizer que a manipulação do que ocorre no mundo é guiada pela ideologia dos discursos institucionalizados. Logo, este novo 'objeto' criado pela imprensa passa a ser verdadeiro, em função de ser construído por um discurso institucionalizado (discurso jornalístico), no qual produz as avaliações opinativas ao encontro dos interesses ideológicos do jornal, com vistas a guiar seus leitores à adesão dessa formação ideológica.

Dessa maneira, cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão do mundo. [...] Há, numa formação social, tantas formações discursivas quantas forem as formações ideológicas. Não devemos esquecer-nos de que assim como a ideologia dominante é a da classe dominante, o discurso dominante é o da classe dominante (FIORIN, 2007, p.32).

Nesse sentido, "o jornalista exerce uma forma de dominação conjuntural não estrutural sobre um espaço de jogo que ele construiu e no qual ele se acha colocado na situação de árbitro" (BOURDIEU, 1989, p.55).

Para van Dijk (1997) os discursos institucionalizados são organizados por três categorias. O discurso jornalístico é um discurso institucionalizado, logo as categorias são: Poder, Controle e Acesso.

À vista disso, a categoria Poder agrupa como participantes os donos da empresa-jornal que têm a função de tomar decisões, a fim de atender seus próprios interesses. Para tanto, a categoria Controle reúne um conjunto de participantes que têm a função de executar as decisões do Poder, sendo: o pauteiro, os repórteres e o redator-chefe. A categoria Acesso agrupa participantes responsáveis pela disposição, publicação e pela distribuição do veículo jornal (GUIMARÃES, 1999).

Logo, no que tange ao discurso jornalístico, segundo Guimarães (1999), o contexto global desta prática sociointeracional seria integrado por: · Participantes do Poder: os donos do jornal-empresa; · Participantes do Controle: editor-chefe, redator-chefe e pauteiro; · Participantes do Acesso: repórteres, diagramadores e corretores.

O controle da mente e os atos que derivam dessa forma de domínio podem estar baseados em formas sutis e indiretas, em relação ao verbal. Ao invés de deixar os outros saberem o que queremos, por meio de comandos, pedidos, sugestões ou conselhos, podemos modelar suas mentes, de tal forma que eles agirão fora de seu livre-arbítrio, acreditando que são deliberadores. Alcança-se, assim, um consenso entre os participantes. O termo hegemonia é, frequentemente, usado para se referir ao poder social: o poder hegemônico faz as pessoas agirem como se lhes fossem

natural, normal ou, simplesmente, consensual (VAN DIJK, 1997).

O Acesso é trabalhado de muitas maneiras sutis, além da posse e do controle direto do conteúdo do discurso. No discurso jornalístico, ele é rotineiramente organizado e institucionalizado. Assim, a informação, aparentemente objetiva, pode ser divulgada de formas diferentes para parecer confiável.

Diante disso, é notável que o discurso se estabeleça como uma prática sociointeracional que se define pelo seu contexto global, composto por participantes, suas funções e suas ações.

O Contexto Global, em cada evento discursivo, tem um contexto local que é definido pelos atores que representam os papéis definidos pelo contexto global.

Nesse sentido, Van Dijk (1997) afirma que as práticas discursivas institucionais são movidas pela ideologia, ou seja, conjunto de valores estabelecidos e instaurados socialmente pelos Participantes do Poder e que guiam suas decisões.

Portanto, no momento em que se textualiza dentro do contexto jornalístico um determinado evento constrói-se uma opinião, a partir de circunstâncias que se apresentam como provas para a elucidação dos fatos. Na sequência, as cognições sociais adotam uma representação dos fatos relatados e automaticamente uma opinião pública (doxa), orientado pela elucidação dos fatos que pertencem ao texto jornalístico. Esta elucidação atende aos interesses da imprensa e são aceitos pelo auditório, por ser um discurso institucionalizado, ou seja, autorizado a

demonstrar as representações ilusórias criadas para a realidade. Assim, no que se refere às propriedades discursivas relacionadas à língua e à exterioridade, no processo de construção de sentidos do discurso jornalístico, constata-se que a empresa-jornal direciona o que será veiculado para o auditório, desde a escolha lexical, a imersão em um contexto de produção, até a publicação da notícia, alinhando-a, sempre, na convergência dos seus interesses.

5 | ANÁLISE DE CORPUS

Propõe-se analisar a notícia “CNMP suspende promotor que disse que desembargadora tinha ‘carinha’ de faxineira”, publicada pelo DCM (Diário Centro Mundo), no dia 23 de abril de 2019 (vide anexo notícia completa), em que foram ancoradas as seguintes categorias: a) Ato locucionário: “Pela carinha, quando for demitida poderá fazer faxina em casa. Pago R\$ 50,00 a diária”. Esse enunciado foi proferido por Rogério Leão Zagallo, promotor de justiça que atua na 5a. vara do júri de São Paulo. b) Ato ilocucionário: A intenção pressuposta em sua fala relaciona-se ao desmerecimento à imagem de Encarnação das Graças Salgado, desembargadora do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM), por reforço dos estereótipos vigentes acerca do papel social ocupado pela vítima do comentário, divulgado nas redes sociais do promotor. c) Ato perlocucionário: os efeitos de sentidos provocados são relativos

à ofensa consciente à face da vítima do comentário descortês, produzidos pelo promotor de justiça Rogério Leão Zagallo. d) Descortesia: em relação aos efeitos de sentido, o ato proferido pelo promotor teve a intenção explícita de ofender a imagem da desembargadora, uma vez que o foi volitivo (ou seja, voluntário), consciente (houve o desejo) e estratégico (tem a intenção de ofender). Assim, ao observar o campo estratégico (desejo de ofender), há a execução do ato de descortesia por fustigação que, segundo Marlangeon (2012), é representada pela agressão verbal, com o objetivo de atingir o campo emocional do outro, fragilizando-o, pelo desejo de realizar a ofensa. Dessa forma, observa-se a intenção de atingir a emoção da desembargadora, por ferir e ofender a posição social a que ela desempenha dentro da sociedade. Diante disso, também, nota-se que a descortesia proferida no discurso do promotor de justiça opera com maior grau de lesão na vítima, visto que há manifestações de expressões verbais negativas no outro. Ainda assim, percebe-se a relação de poder que está expressa no ato locucionário, pois quem agride pretende impor sua própria visão e seu pensamento sobre o ouvinte. Assim sendo, o objetivo do locutor é atingir e ferir a imagem pública do interlocutor quando afirma que a desembargadora tem “carinha de faxineira”, além de ter um ataque social mediante a execução da descortesia, quando diz “pago R\$ 50 ,00 a diária”.

e) Contexto: a produção da notícia a partir da declaração descortês do promotor de justiça do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), na qual desfavorece a imagem social da desembargadora Encarnação das Graças Salgado do TJ-AM (Tribunal de Justiça do Amazonas), no momento em que ele intensifica verbalmente o vocábulo “carinha”, no diminutivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos pressupostos teóricos apresentados, delimitados aos estudos da descortesia, no âmbito dos atos de fala, considera-se que os enunciados proferidos pelo locutor (promotor de justiça do TJ-SP), contribuem para a construção da notícia, guiada pelas categorias: Inusitado e Atual. No que se refere à categoria Inusitado, observa-se que o enunciado proferido, no contexto descrito, contribuiu para a construção da notícia, devido a ruptura com expectativas da sociedade, no que se refere à tratativa de um promotor ao se dirigir a um desembargador, devido às posições sociais que ambos ocupam, pois são transpassadas pela hierarquia. No que tange à categoria Atual, compõe um ato realizado no presente ou numa situação muito próxima ao presente.

Em relação à descortesia, identifica-se a categoria Descortesia por Fustigação, pois há um ataque intencional à imagem social do interlocutor, com vistas a ofender, no sentido de negar a posição social ocupada pela vítima, diante da hierarquia estabelecida por seus respectivos papéis sociais. Este trabalho não se pretende conclusivo, pois há a necessidade de investigar a produção do escândalo noticioso,

por intermédio das categorias que constituem os atos de fala e a descortesia, no âmbito das interações sociais imbricadas pelo contexto, uma vez que a ruptura com as expectativas vigentes são violadas pela articulação implícita ou explícita da descortesia.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John L. How to do things with words. New York: New York Press, 1965.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

CHARAUDEAU, P. Discurso das Mídias. Trad. Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CULPEPER, Jonathan. Impoliteness: Using Language to Cause Offence. New York: Cambridge University Press, 2011, p.19-20. CULPEPER, J. Impoliteness and entertainment in the television quiz show: The Weakest Link. In: Journal of Politeness Research 1 (2005), p.35-72.

FAIRCLOUGH, N. Analysing Discourse. Textual Analysis for Social Research. London: Routledge, 2006.

FIORIN, J. L. Linguagem e Ideologia. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

HAVERKATE, H. La cortesía verbal. Madrid: Gredos, 1994. KAUL DE MARLANGEON, S. Encuadre de aspectos teóricos-metodológicos de la descortesía verbal en español. In: MORALES, J. E.; VEGA, G. H. (Org.). Miradas multidisciplinares a los fenómenos de cortesía y descortesía en el mundo hispánico. Barranquilla, Estocolmo: Cadis, Programa Edice, 2012. p. 76-106.

KAUL DE MARLANGEON, S. Tipos de descortesía verbal y emociones en contextos de cultura hispanohablante. In: BRAVO, D. Pragmática Sociocultural /Sociocultural Pragmatics: Revista Internacional sobre Lingüística del Español, Edice, 2017. Disponível em: <<https://www.degruyter.com/view/j/soprag.ahead-ofprint/soprag-20170001/www.degruyter.com/view/j/soprag.ahead-of-print/soprag-20170001/soprag-2017-0001.xml>> . Acesso em: 21 nov. 2017. GUIMARÃES, Doroti M. A organização textual da opinião jornalística: nos bastidores da notícia. Tese de Doutorado. PUC/São Paulo, 1999.

VAN DIJK, T. Discurso, conhecimentos e ideologia: reformulando velhas questões. Linguagem, conhecimento e aplicação. In: HENRIQUES, C. C., (org.) Discurso e cognição. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2003a.

.Ideologia y discurso. Barcelona: Editora Ariel, S.A. 2003b. .Discourse, Context and Cognition. Discourse Studies, 8(1), 159-177, 2006. .Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva. Trad. R. ILARI. São Paulo: Contexto, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Comunicação 3, 4, 24, 26, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 60, 74, 82, 83, 84, 85, 108, 109, 119, 121

Comunicação pública 37, 40, 41, 47, 48

Consumo 26, 35, 36

E

Empoderamento feminino 86

I

Identidade 12, 24, 73

Ideologia 11, 72

Internet 26

J

Jornalismo 3, 4, 26, 49, 50, 55, 56, 57, 60, 74, 75, 77, 84, 85, 121

Jornalismo comunitário 74, 77, 85

Jornalismo cultural 60

M

Mestrado 37, 39, 40, 42, 43, 47, 48, 109

Mulher 5, 12, 15, 18, 24

P

Produção científica 37

Publicidade 4, 12, 36, 74, 96

R

Relações públicas 107, 108, 110, 119, 120

S

Storytelling 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-491-7



9 788572 474917